

POLÍTICA

HAROLDO HOLLANDA

Congresso

Assunto traumático

Sempre que se discute lei salarial no Congresso, o assunto, pela emocionalidade de que se reveste a discussão, acaba se transformando em crise política, da qual não escapam o governo e as oposições. O debate que se trava no momento em torno do salário mínimo não fugiu à regra e entrou num impasse, do qual não sabem como dele agora se livrar, nem o Palácio do Planalto nem as oposições, os dois à procura de saída honrosa. Na intenção de tirar o País desse dilema, o deputado Nei Lopes, do PFL, tem proposta, segundo a qual, sempre que houvesse aumento no PIB (Produto Interno Bruto), o salário mínimo obteria ganhos reais. Os aumentos nominais do salário-mínimo — observa Nei Lopes — continuariam a ocorrer, embora sem se revestir do caráter emocional que cerca a matéria toda vez que é posta em exame pelo Congresso. O deputado Edson Silva, do PDT do Ceará, acha que aumentos nominais de salário têm apenas um efeito ilusório de ganho para o trabalhador. No seu entender, o Congresso deveria, junto com representantes do governo, dos empresários e dos trabalhadores encontrar mecanismos que permitissem aumentos reais e não nominais para o salário mínimo.

Ontem, havia insatisfação tanto do ministro Jarbas Passarinho com as bases políticas do governo, como os partidos que seguem a orientação governamental estavam descontentes com os procedimentos adotados a respeito pelo Palácio do Planalto. O que suscita a controvérsia é a fixação do novo salário mínimo, bem como a extensão do benefício aos aposentados. Diante das pressões sobre ele exercidas para que o governo reexaminasse a questão, o ministro Passarinho advertiu a vários dos seus correlegionários que eles não deviam se deixar conduzir pela demagogia, uma

vez que uma decisão precipitada sobre o assunto poderia arrepiar com a economia nacional.

Mas as bases parlamentares do governo no Congresso também têm suas queixas em relação ao Planalto. Lembra-se, a propósito, a posição de intransigência assumida em discurso proferido pelo deputado Humberto Souto, líder do governo, por ocasião da sessão do Congresso em que se discutia a manutenção dos vetos presidenciais à lei salarial. O deputado Souto alegou que o governo chegara ao extremo das suas concessões, razão pela qual pedia a manutenção de todos os vetos presidenciais. O primeiro voto submetido à votação foi mantido e as oposições, pressentindo que poderiam sofrer seguidas derrotas, retiraram-se do plenário. Alega-se que menos de 24 horas depois desses acontecimentos, o Planalto retomava negociações políticas, não com os partidos do governo, mas com o PMDB, admitindo concessões, que antes afirmara não poder fazer. Esse fato irritou os governistas, que, argumentam carregarem com os ônus do governo, mas na hora de serem favorecidos com os bônus estes são dados às oposições. Ocorre, no entanto, que as oposições estavam também inquietas e inseguras, pois não sabiam como se livrar do impasse em que se meteram no combate que resolveram empreender contra os vetos presidenciais à lei salarial. No fim, toda essa questão acaba se transformando numa grande cena de non-sense, de mal entendidos, em que todos os personagens se sentem de repente deslocados de seus papéis reais. O deputado Luiz Carlos Hauly, líder do PST, e que foi secretário da Fazenda do Paraná, atribui toda essa confusão ao fato de que no Congresso se discute salário mínimo, sem obedecer a nenhum critério de ordem técnica, ao mínimo de racionalidade.